



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n. 27.500

de 30/06/93, à pg. 15

do 2º caderno

RESOLUÇÃO Nº 3.227

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,  
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 1993,

CONSIDERANDO QUE A PROIBIDADE NA GESTÃO DE BENS ALHEIOS  
SE EXTERIORIZA COM A EXAÇÃO NO CUMPRIMENTO DO DEVER DE PRESTAR CON-  
TAS;

CONSIDERANDO QUE ESSE DEVER SE TORNA DE SUMA IMPORTÂN-  
CIA, QUANDO A GESTÃO É EXERCIDA SOBRE BENS PÚBLICOS;

CONSIDERANDO QUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO MUNI-  
CIPAL, NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO, EXIGE A CONTINUIDADE  
DE SUCESSIVOS ATOS PÚBLICOS, COM INÍCIO E CONCLUSÃO EM ETAPAS DIFE-  
RENTES, CUJA FALTA CONSTITUI INADIMPLEMENTO DAQUELA OBRIGAÇÃO FUN-  
DAMENTAL DO GESTOR;

CONSIDERANDO QUE O COMEÇO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNI-  
CIPAL SE MANIFESTA COM O PRIMEIRO BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE MAR-  
ÇO DE CADA ANO, PROSSEGUE COM OS DEMAIS BALANCETES TRIMESTRAIS DO  
EXERCÍCIO E TERMINA COM O BALANÇO GERAL DE 31 DE DEZEMBRO E QUE ES-  
SAS ETAPAS DEVEM SER CUMPRIDAS, UMA A UMA, EM PRAZO CERTO, QUE A  
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, NO ART. 73, FIXA EM 30 DIAS SUBSE-  
QUENTES AO TERMO FINAL DE CADA TRIMESTRE;

CONSIDERANDO QUE A FALTA DE APRESENTAÇÃO FORMAL DO BA-  
LANCETE DE CADA TRIMESTRE, POR SI SÔ, CONSTITUI O DESCUMPRIMENTO  
DO DEVER DE PRESTAR CONTAS NO PRAZO CERTO FIXADO NAS NORMAS CONS-  
TITUCIONAIS VIGENTES;

-CONT-





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.227

CONSIDERANDO QUE NENHUM MOTIVO OU PRETEXTO, POR MAIS RELEVANTE QUE POSSA PARECER, TEM FORÇA JURÍDICA PARA TORNAR JUSTIFICÁVEL A TOLERÂNCIA NO RETARDAMENTO OU DEMORA NO CUMPRIMENTO DESSE DEVER, POIS É ATRAVÉS DE CADA UMA DAQUELAS ETAPAS QUE SE DÁ CONHECIMENTO PÚBLICO DAS RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO, PROPICIANDO AOS CIDADÃOS O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS, QUE É UM DOS DIREITOS - DEVERES DA CIDADANIA;

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE:

I - DECLARAR INADIMPLENTES NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS OS PREFEITOS MUNICIPAIS QUE NÃO TENHAM APRESENTADO O BALANCETE TRIMESTRAL NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS SUBSEQÜENTES AO ÚLTIMO DIA DO TRIMESTRE CIVIL;

II - AUTORIZAR A PRESIDÊNCIA DESTES TRIBUNAL A OFERECER REPRESENTAÇÃO AO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 84, INCISO II, E ART. 85, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ E ART. 35, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REQUERENDO SEJA DECRETADA A INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS CUJOS PREFEITOS NÃO TENHAM APRESENTADO O BALANCETE DO PRIMEIRO TRIMESTRE DESTE EXERCÍCIO, FAZENDO A DIVULGAÇÃO, PARA CONHECIMENTO PÚBLICO, DO ROL DOS GESTORES INADIMPLENTES, ALÉM DA COMUNICAÇÃO ESPECÍFICA PARA A RESPECTIVA CÂMARA MUNICIPAL.

-CONT-





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

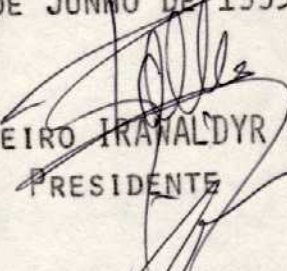
-03-

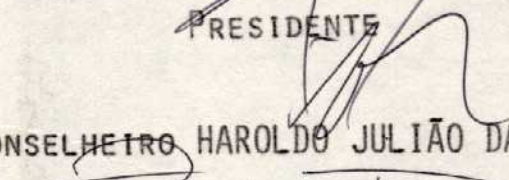
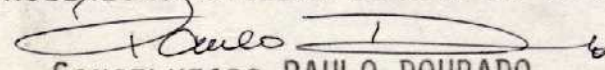
RESOLUÇÃO Nº 3.227

PAL E PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO DETERMINA O § 5º DO ART. 71 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ;


III - DETERMINAR QUE A AUTORIZAÇÃO ESTABELECIDA NO ITEM ANTERIOR SEJA EXERCIDA TAMBÉM NOS DEMAIS TRIMESTRES DO EXERCÍCIO FINANCEIRO.

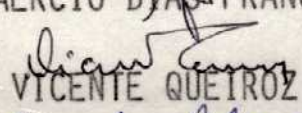
SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 29 DE JUNHO DE 1993.

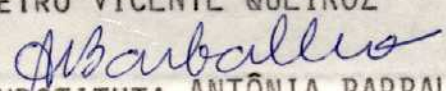
  
CONSELHEIRO IRANALDYR ROCHA  
PRESIDENTE

  
CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA  
  
CONSELHEIRO PAULO DOURADO

  
CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

  
CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO

  
CONSELHEIRO VICENTE QUETROZ

  
CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANTÔNIA BARBALHO

FOI PRESENTE: PROCURADOR-GERAL EXPEDITO RIBEIRO





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

ANEXO A RESOLUÇÃO Nº 3.227

PREFEITOS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993.

01. ANTONIA GOMES GEITOSA  
PREFEITA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
02. LEON CORREA BOULLET  
PREFEITO MUNICIPAL DE AVEIRO
03. MIGUEL PANTOJA  
PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI
04. REINALDO OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE DO RIO
05. RAIMUNDO QUEIROZ DE MIRANDA  
PREFEITO MUNICIPAL DE MARACANÃ
06. JOÃO BATISTA BARBIERI  
PREFEITO MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA
07. NERI ALVES DOS PRAZERES  
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
08. EVANDRO CARLOS MIRANDA CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
09. JOEL PEREIRA DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
10. DIOGENES JOSÉ VAREJÃO  
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DE MÓZ

14

-CONT-



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

11. APRÍGIO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL DE RURÓPOLIS
12. RAIMUNDO GOMES  
PREFEITO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
13. RAIMUNDO NONATO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL DE SALVATERRA
14. IZAIAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA
15. MÁRIO HENRIQUE ALVES MOURA  
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
16. JOSÉ P. DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
17. CARLOS CARDOSO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL DE VISEU
18. FLORENCIO DIAS ARAUJO  
PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU